



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



www.cddmoz.org

Quarta - feira, 17 de Junho de 2025 | Ano V, n.º 445 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

QUANDO A VIOLÊNCIA E O CRIME BARALHAM O ESTADO

Polícia activa modo Simão Pedro e nega agente crivado de balas em Nkobe mas depois recua devido a críticas da sociedade e dá o dito por não dito

- A Polícia da República de Moçambique (PRM) destacou-se ao longo da semana passada pelas piores razões. Tudo começou quando um cidadão foi crivado de balas na quarta-feira, 11 de Junho, no bairro Nkobe, Município da Matola, Província de Maputo.



meditadamente a seguir ao assassinato frio e macabro começaram a circular informações dando conta de que a vítima era agente da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma subunidade da PRM, e em vida respondia pelo nome de Carlitos Zandamela.

A informação foi prontamente desmentida pelo porta-voz da corporação em Maputo, Cláudio Ngulele. Entretanto, a mesma Polícia que rejeitou o agente esteve no seu velório onde, inclusive, prestou honras militares, o que claramente mostra uma grave contradição, facto que valeu críticas à Polícia.

Naquilo que parece uma tentativa de responder às críticas, o Comando-Geral da PRM emitiu um comunicado onde desmente que a corporação tenha “negado” o agente, como Simão Pedro negou a Jesus Cristo no Evangelho de Lucas (Lucas, 22:54-57). E assumiu Carlitos Zandamele como membro da corporação com a patente de Superintendente Principal da PRM e Chefe de Reconhecimento da UIR. No comunicado, a PRM diz que os jornalistas não entenderam a mensagem transmitida por Cláudio Ngulele.

Sobre o assassinato do agente da UIR

Como dissemos, o agente da UIR encontrou a morte no dia 11 de Junho. Informação disponível indica que a vítima, que se fazia transportar numa viatura de marca Mahindra, cor branca, foi surpreendida por três indivíduos que se faziam transportar numa viatura de marca Toyota, modelo Auris. Conta-se que os três indivíduos teriam disparado mais de 30 tiros contra a viatura, parte dos quais atingiram a vítima que perdeu a vida no local. Conta-se ainda que perto do local do crime estavam agentes da Polícia da República de Moçambique.



Contradição: Resultado de um Estado baralhado pela violência e pelo crime

Várias narrativas circularam após o assassinato. Algumas vezes dizem que se trata de ajuste de contas. A narrativa de ajuste de contas é sustentada com base em informações da existência de relações entre agentes da Polícia e grupos criminosos ou de relações obscuras entre agentes da Polícia. Outras vezes dizem tratar-se de queima de arquivo, uma narrativa que radica da crença de que Carlitos Zandamela tenha sido silenciado porque eventualmente sabia muito e isso podia colocar em causa interesses de gente poderosa. No contexto das manifestações, a UIR foi a força policial mais usada para reprimir protestos. Mas ainda no contexto das manifestações assistiu-se uma campanha de caça ao homem que culminou com o assassinato de várias pessoas ligadas ao principal opositor ao Governo da Frelimo. Estamos a falar de Venâncio Mondlane. Essas pessoas foram mortas pelos esquadrões da morte, um grupo

de agentes do Estado do qual faz parte parte a UIR, segundo ficou provado no julgamento do caso do assassinato de Anastácio Matavele.

Ora, independentemente das causas e da qualidade da vítima, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) vê um acto de violência covarde, desprezível e que deve ser condenado por todos.

Apesar de compreender que, tendo em conta a realidade do país, as narrativas sobre o assassinato de Carlitos Zandamela tenham razão de ser, é importante reconhecer que este caso se integra num cenário de violência generalizada que consome Moçambique. Trata-se de uma violência sustentada pela inação de um Estado fraco ou enfraquecido que se mostra incapaz de cumprir as suas funções essenciais. No presente caso, falhou na garantia da segurança, pilar fundamental de um Estado sério, ao lado da justiça e do bem-estar colectivo.

O Estado tem falhado em garantir segurança. O facto de o crime ter sido cometido num local com presença policial é preocupante. Se há crimes a escassos metros de agentes da PRM, o que não vai acontecer em regiões onde não há presença poli-

cial? Enquanto o Estado não age para controlar os bandidos, os bandidos estão a caminhar para a consolidação do controlo do Estado. A ideia de controlo do Estado ganha força com as contradições da corporação sobre o sucedido no dia 11 de Junho.

Exigência

O CDD exige:

- O esclarecimento célere do caso.
- A desarticulação das redes criminosas e dos seus protectores nos corredores do poder. Chega de normalizar a morte.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste; Florentina Cassabue.
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

